

Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Agricultura Familiar da Zona da Mata Mineira



Editorial

Expediente

Produção
Wanessa Marinho

Redação
Adriana Passos
Márcio Gomes
Wanessa Marinho

Revisão Final
Wanessa Marinho

Arte Gráfica e Diagramação
Oswaldo Santana

04

CTA amplia conhecimentos e práticas agroecológicas

07

Agricultura Familiar em números

09

Dividido em três eixos estratégicos, projeto fortalece agroecologia na região

13

Projeto oferece assessorias técnicas para empreendimentos da agricultura familiar

15

Mercado Fair Trade: O que é e como fazer parte dele

17

Cooperativa de crédito promove inclusão social dos agricultores

19

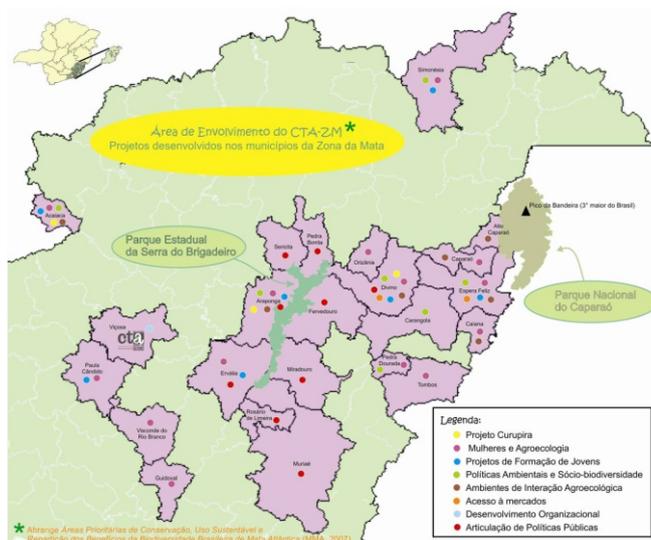
Desafios da Agricultura Familiar



CTA amplia conhecimentos e práticas agroecológicas

O Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, cujas ações se desenvolvem no sentido de ampliar o conhecimento e a prática da agroecologia. O seu trabalho é organizado por meio de diversos programas que envolvem as dimensões: econômica, política, social, cultural e ambiental dos processos de transição agroecológica.

A área de atuação do CTA-ZM abrange 21 municípios da Zona da Mata de Minas Gerais – região que está localizada no sudeste do estado, fazendo divisa ao leste com os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Desses 21 municípios atendidos, 11 estão localizados no entorno de duas importantes unidades de conservação de proteção integral: o Parque Nacional do Caparaó e o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.



Área de atuação do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata - CTA-ZM

Em relação à construção do conhecimento agroecológico, o CTA utiliza metodologias que evidenciam a importância de uma abordagem horizontalizada, na qual as agricultoras e os agricultores familiares e suas organizações participam ativamente do planejamento e execução das ações de intervenção. Dessa forma, busca-se garantir que os temas envolvidos tenham relação direta com os desafios efetivamente enfrentados e que as agricultoras e os agricultores familiares sejam protagonistas das soluções propostas.

Pensando nisso, os Ambientes de Interação Agroecológica promovem processos de construção do conhecimento agroecológico em espaços de interação que envolvem agricultores e agricultoras, técnicos e técnicas, professores e professoras e estudantes, tendo como ponto de partida as experiências desenvolvidas nas propriedades visitadas.

A partir do debate das questões de gênero, o CTA tem dado visibilidade e importância ao trabalho das mulheres nos espaços produtivos e afirmado que não há uma ausência de conhecimento, entre elas, a respeito das práticas agroecológicas, mas sim uma fragmentação entre as atividades desenvolvidas e o processo de reflexão, bem como uma fraca sistematização sobre as questões agroecológicas nas pequenas produções familiares.

Durante as atividades são abordadas diversas temáticas, que vão desde a análise das experimentações desenvolvidas nas propriedades até os conceitos da agroecologia.

Considerando que a temática ambiental é um componente essencial para o conceito da agroecologia e para as práticas agroecológicas, o CTA promove ações específicas dentro dessa dimensão envolvendo processos de transição agroecológica, principalmente no que se refere às questões legais e ao desenvolvimento de Sistemas Agro Florestais (SAFs).

Sem esquecer-se da importância do público infantil e adolescente, e buscando integrá-los em todo o processo, o CTA também atua, através do Projeto Curupira – Arte-Educação Ambiental, ampliando a promoção da agroecologia e da educação ambiental e avançando na transição por novos rumos do desenvolvimento rural, socioambiental, sustentável e justo.

Dentro das suas atividades, ainda existe um trabalho voltado para as questões de gênero, com o projeto Mulheres e Agroecologia, pois o CTA acredita que as mulheres agricultoras familiares e trabalhadoras rurais atuam ativamente na "agricultura familiar", através do preparo do solo, do plantio, da colheita, da criação de pequenos animais, dentre outras atividades. Na maioria dos casos, são elas as responsáveis pelo sustento alimentar das famílias, pela manutenção da biodiversidade, pela preservação das águas e das matas, entretanto, historicamente ainda não se tornaram protagonistas dos programas de apoio à agricultura.

Em relação aos processos de organização econômica, as ações desenvolvidas pelo CTA referem-se às assessorias técnicas nos aspectos gerenciais dos empreendimentos, através de oficinas, cursos, visitas técnicas e reuniões do projeto Organização Econômica e Acesso a Mercado. O público alvo dessas atividades são os grupos produtivos informais e os diretores de cooperativas e associações, assim como outros agentes envolvidos no processo de aquisição de alimentos para alimentação escolar.

Especificamente em relação aos agricultores e agricultoras e grupos produtivos são desenvolvidas atividades de organização produtiva e planejamento da produção. Enquanto com os diretores de associações e cooperativas são desenvolvidas ações de capacitação relacionadas aos aspectos funcionais desses empreendimentos. Os conteúdos das atividades envolvem questões gerenciais para o bom funcionamento dos empreendimentos, tais como emissão de notas fiscais, organização produtiva, controle de estoque, fluxo de caixa, entre outras questões que são necessárias para as boas relações econômicas formais. Em relação aos outros agentes envolvidos com a alimentação escolar (diretoras de escolas, merendeiras, nutricionistas etc), as ações desenvolvidas atendem à lei 11.947, buscando adequar os cardápios às vocações produtivas locais, tratar das negociações de chamadas públicas e promover discussões sobre os padrões dos produtos da agricultura familiar.

Com a compreensão de que as experiências locais são capazes de provocar mudanças no contexto das políticas públicas, o CTA cumpre um papel político na construção do movimento nacional, estadual e regional de promoção da agroecologia.

No âmbito das articulações em que está inserido, prioriza a intervenção no fortalecimento da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), da Articulação Estadual de Agroecologia (AMA), do GT Gênero e Agroecologia, e das articulações de âmbito regional, como o Movimento das Mulheres da Zona da Mata e Leste de MG; a Associação Regional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; e o Ambiente Teia de Agroecologia, na Universidade Federal de Viçosa.

O CTA pretende fortalecer as suas estratégias, mantendo um vínculo forte com as comunidades, com os agricultores e as agriculturas e suas organizações, realizando experiências agroecológicas na região e, ao mesmo tempo, participando de espaços de formulação e debate das políticas públicas nos diferentes níveis. Os conhecimentos gerados no conjunto das suas ações e de seus parceiros compõem um patrimônio de grande relevância, pois o acúmulo de conhecimentos, a continuidade do apoio e acompanhamento nos locais, e a credibilidade conquistada pelo CTA junto aos agricultores e aos gestores públicos, subsidiam uma intervenção nos espaços de debate.

Agricultura Familiar em números

A Zona da Mata de Minas Gerais é considerada uma das regiões mais pobres do Estado. Segundo dados do IBGE (censo 2000), os índices de analfabetismo e as taxas de desemprego são alarmantes em alguns municípios, com 48,5% dos produtores possuindo renda mensal inferior a dois salários mínimos e 46,7% com renda entre 2 e 10 salários mínimos.

Esses dados são compatíveis com os apresentados pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), que apontam alguns municípios da Zona da Mata como portadores de indicadores de qualidade de vida e de PIB per capita baixos, se comparados aos das áreas mais pobres do estado. Nesse contexto, a agricultura familiar apresenta-se como um setor de extrema importância e com presença significativa na região, o que torna essencial os trabalhos desenvolvidos pelo CTA.

Ainda de acordo com o IBGE (Censo Agropecuário 2006), dos 86.437 estabelecimentos rurais, 70.918 são de agricultura familiar, o que representa 82%. Apesar de sua importância econômica, são diversas as dificuldades encontradas pelos agricultores e agricultoras familiares, desde o manejo dos cultivos até o processamento e escoamento de sua produção.

Dentre as dificuldades encontradas pelos agricultores e agricultoras familiares, o acesso a mercados é uma das principais, seja pela ausência de agregação de valor ou pela dificuldade de produção de escala para atender às demandas específicas dos canais de comercialização mais competitivos e dinâmicos.

Os estudos desenvolvidos por Batalha et al (2005) apontam que a agregação de valor é um dos principais mecanismos de fortalecimento da agricultura familiar e que o desenvolvimento e a comercialização de produtos que destaquem as características peculiares de cada região específica (como a forma de produção, o número de famílias envolvidas nos processos econômicos e as pessoas envolvidas no processamento até chegar aos consumidores) são estratégias que podem ser utilizadas para essa agregação.

Mapeamento Oficial revela que existem dificuldades em todo o país

O mapeamento oficial feito pelo Governo Federal, sobre economia solidária em 2005 e 2007, alcançou 53% dos municípios brasileiros. As entrevistas foram feitas com uma média de sete empreendimentos por município e o resultado revelou que as dificuldades ocorrem a nível nacional.

Dos 21.859 empreendimentos econômicos solidários pesquisados, 49% foram criados entre 2001 e 2007. Destes, 10% estão em fase de implantação. Em sua maioria, 52% são associações, 37% constituem-se de grupos informais e 10% de cooperativas (50% deste total possuem registro legal de funcionamento). A pesquisa ainda mostra que 48% encontram-se na área rural, 35% na urbana e 17% na rural e urbana.

Dos associados em conjunto, 20% realizam atividades de produção, 18% de comercialização – venda, 16% uso de equipamentos (máquinas, ferramentas etc.), 15% uso de infraestrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas etc.), 10% aquisição (compra ou coleta) de matéria-prima e insumos, 8% prestação do serviço ou trabalho, 5% obtenção de clientes ou serviços para os sócios e sócias, 4% troca de produtos ou serviços, 3% poupança ou crédito, e 1% outras atividades.

Agrupando-se os 50 produtos e serviços mais produzidos nos empreendimentos e considerando-se apenas os empreendimentos que os oferecem, o primeiro grupo (com incidência de 41% neste universo) produz, pela ordem: milho, feijão, arroz, farinha de mandioca, mandioca, banana, café, castanha de caju, cereais, cana de açúcar e goma de mandioca; o segundo grupo (21%) trabalha com artesanato, como bolsas diversas, bijuterias, tapetes, crochês, bordados, bonecas, panos de

prato, cestos diversos, biscoito, almofadas, pintura em tecidos e caixas decorativas; o terceiro grupo (10%) inclui confecções, artigos de cama, mesa e banho, roupas íntimas; o quarto grupo (7%) fabrica doces, pães, doces de frutas, salgados, bolos, biscoitos, bolachas e refeições; o quinto grupo (6%) inclui peixe, gado (cabeça), caprinos e ovinos (cabeça), frango e carne bovina; o sexto grupo (5%) inclui leite e queijo, o sétimo (4%) inclui hortigranjeiros; o oitavo grupo (3%) inclui mel; o nono grupo (3%) inclui plásticos, coleta e reciclagem, papelão, papéis em geral; e por fim (0,8%) transporte de passageiros e (0,6%) operações de crédito. Lembrando que esses percentuais referem-se apenas aos 50 produtos e serviços mais produzidos em relação aos empreendimentos que os oferecem.

Quanto à comercialização, a maior parte da produção (considerando-se o conjunto da destinação do empreendimento e não apenas a destinação principal) volta-se ao comércio local ou comunitário (35%), seguido do comércio municipal (32%), microrregional (16%), estadual (10%), nacional (4%) e internacional (1%).

Quanto às formas de comercialização dos produtos e/ou serviços dos empreendimentos, a pesquisa apontou que 51% praticam a venda direta ao consumidor; 31% vendem a revendedores/atacadistas; 6% vendem a órgãos governamentais; 3% trocam com outros empreendimentos solidários; 3% vendem a outros empreendimentos de economia solidária, entre outras.

Quanto aos principais espaços de comercialização de produtos e/ou serviços estão: entrega direta aos clientes (35%), feiras livres (22%), feiras e exposições eventuais/especiais (15%), lojas ou espaços próprios (15%) e espaços de venda coletivos (centrais de comercialização) (6%).

É nesse conjunto de relações econômicas complexas e diversas que incidem as ações do CTA. Nesse sentido, o seu foco principal está na construção de processos de organização econômica capazes de potencializar os processos de transição agroecológica, contribuindo, ao mesmo tempo, para o fortalecimento da autonomia e da capacidade de organização dos agricultores.

Essa construção se dá a partir da incidência de ações em atividades econômicas (de financiamento da transição, organização produtiva e canais de distribuição) que contemplam as diferentes formas de acesso a mercados.

As principais dificuldades apontadas, na comercialização dos produtos e/ou serviços, são:

- 17% - Falta de capital de giro para vendas a prazo
- 12% - Não encontrar quantidade suficiente de clientes
- 9% - Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento
- 8% - Preço inadequado dos produtos (baixos, desvalorizados)
- 8% - Transporte/estradas
- 7% - Estrutura para comercialização (local, espaço, equipamentos, etc.)
- 7% - Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal, etc.)
- 6% - Os clientes exigem um prazo para o pagamento
- 5% - Agentes do mercado (concorrentes, atravessadores, monopólios)
- 4% - O empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar
- 3% - Os compradores só compram em grande quantidade
- 3% - Ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação, etc.)
- 2% - Ninguém do empreendimento quer cuidar das vendas
- 2% - Os preços praticados pelo empreendimento são muito altos
- 6% - Outras dificuldades (6%).



Dividido em três eixos estratégicos, projeto fortalece agroecologia na região

O projeto Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Agricultura Familiar da Zona da Mata Mineira foi desenvolvido em 2012 e 2013, pelo CTA, através de um convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE). Durante esse período, diversas atividades foram realizadas no sentido de preencher as lacunas referentes às políticas públicas voltadas para a agroecologia e para a agricultura familiar, promovendo o fortalecimento técnico-gerencial das associações e cooperativas.

É importante ressaltar que todo esse conjunto de ações tornou-se relevante pelo fortalecimento da agroecologia como matriz produtiva, estabelecendo a produção de alimentos saudáveis e de práticas de manejo sustentáveis, e pelo desenvolvimento da dimensão econômica dos processos de transição agroecológica. Além disso, a inserção no mercado, dos produtos agroecológicos

dos empreendimentos envolvidos no projeto, beneficiou não apenas os agricultores das associações e cooperativas, mas também um grande público de crianças, jovens e adultos que não são agricultores, mas consumidores.

As atividades foram desenvolvidas a partir de três eixos estratégicos: o primeiro relacionado ao acesso ao mercado institucional, especialmente na implementação da Lei 11.947; o segundo, ao acesso ao mercado Fair Trade; e o terceiro, ao apoio técnico na adequação operacional para a inserção no sistema de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL.

A Lei nº 11.947/09, que instituiu o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), especificamente no Artigo 14 determina que “do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas”.

Alimentação Escolar



Grande parte dos empreendimentos de agricultura familiar surge no contexto da criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Na Zona da Mata mineira não é diferente. Ou seja, as associações e cooperativas, a princípio, emergem como mecanismo de acesso aos programas governamentais, não como necessidade econômica e social dos cooperados. Entretanto, a partir desse acesso, inicia-se um processo de reestruturação dos empreendimentos com o objetivo de estabelecer relações efetivas de mercado.

No que se refere à alimentação escolar, embora as políticas públicas promovam o acesso ao mercado institucional, nenhuma ação estruturante dos empreendimentos de agricultura familiar é desenvolvida por meio de programas e políticas públicas. Portanto, ações de fortalecimento desses empreendimentos tornam-se relevantes para o contexto da região.

Nesse sentido, o projeto desenvolveu ações que foram além da questão do acesso e criou condições para o fortalecimento técnico gerencial das associações e cooperativas de agricultura familiar.

O CTA atuou através de assessorias técnicas, promovendo oficinas, cursos, visitas técnicas e reuniões, com foco nos aspectos gerenciais dos empreendimentos. Além dos grupos produtivos informais, essas atividades tiveram como público alvo os diretores das cooperativas, das associações e também outros agentes envolvidos no processo de aquisição de alimentos para a alimentação escolar.

Junto aos agricultores e agricultoras e grupos produtivos foram desenvolvidas atividades de organização produtiva, envolvendo processos de planejamento da produção. Enquanto no caso específico dos diretores de associações e cooperativas foram desenvolvidas ações de capacitação, tratando dos aspectos funcionais dos empreendimentos. O conteúdo abordado nessas atividades enfatizou as questões gerenciais, necessárias para as boas relações econômicas formais, como emissão de notas fiscais, organização produtiva, controle de estoque, fluxo de caixa, entre outras.

Em relação aos agentes envolvidos com a alimentação escolar (como diretoras de escolas, merendeiras e nutricionistas), as ações desenvolvidas atenderam à Lei 11.947 e tiveram o foco voltado para as negociações de chamadas públicas; para as discussões sobre os padrões dos produtos da agricultura familiar; e para a adequação dos cardápios às vocações produtivas locais.

Acesso ao Mercado Fair Trade



O segundo eixo estratégico (acesso ao mercado Fair Trade) foi definido na medida em que se observou que a cadeia produtiva do café é extremamente especializada, exigindo um conjunto de agentes econômicos para promover as relações entre agricultores e mercado.

O aprendizado gerado a partir do conhecimento do manejo do café agroecológico, e a possibilidade de acessá-lo, coloca os agricultores em vantagens competitivas e torna-se condição sine qua non para o domínio da cadeia produtiva do café – principal cultura da Zona da Mata. Pensando nisso, foram desenvolvidas atividades no sentido de apoiar a formação de um arranjo institucional, com o objetivo de fortalecer os processos de organização da cadeia de comercialização do café. Esse apoio se deu a partir de reuniões, seminários, visitas técnicas e consultorias de análise de mercado para compreender quais são os riscos e as oportunidades existentes.

O conteúdo abordado durante essas atividades deu ênfase ao aprofundamento dos mecanismos gerenciais e organizativos de uma cooperativa para se estabelecer relações comerciais sólidas e seguras com o mercado internacional.

Além disso, foi realizado um estudo para análise das exigências de acesso ao mercado Fair Trade visando conhecer as condições necessárias para o acesso, as normas que devem ser seguidas, as mudanças nos procedimentos administrativos, bem como o controle interno e a auditoria interna e externa – pré-requisitos para a certificação da cooperativa no mercado Fair Trade.



CRESOL



No que se refere ao cooperativismo de crédito, o processo de constituição do Sistema CRESOL Sudeste se insere no contexto de ampliação do maior sistema de crédito rural do país e do maior sistema de microcrédito produtivo da América Latina.

Há também a possibilidade de interação entre diferentes setores econômicos da agricultura familiar a partir da vinculação das cooperativas de crédito com as cooperativas de produção, criando arranjos econômicos capazes de promover mudanças efetivas nas realidades em que estão inseridas as cooperativas da Zona da Mata mineira.



A importância desse eixo é o acesso ao crédito por um segmento de agricultura familiar historicamente alheio aos recursos financeiros e a possibilidade de construção de linhas de créditos voltadas aos processos de transição agroecológica adequados às realidades produtivas dos agricultores familiares.



Pensando nisso, as ações do terceiro eixo estratégico foram realizadas através de cursos, oficinas, visitas técnicas e reuniões, envolvendo diferentes públicos. No caso dos cooperados, foram desenvolvidos oficinas e cursos de capacitação em cooperativismo de crédito, com conteúdo voltado para o funcionamento das cooperativas, seus produtos e serviços e o uso do crédito nos processos de transição agroecológica. Em relação aos diretores das cooperativas, os cursos tiveram o seu conteúdo com foco na gestão financeira das cooperativas e nos postos de atendimentos cooperativos. No caso das visitas técnicas e reuniões, foram desenvolvidos planejamentos estratégicos e estabelecidas ações e metas para a manutenção econômica da instituição financeira.

Projeto oferece assessorias técnicas para empreendimentos da agricultura familiar



O projeto Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Agricultura Familiar da Zona da Mata mineira trabalhou na perspectiva de que, para atender ao mercado da alimentação escolar, por exemplo, os empreendimentos coletivos da agricultura familiar precisam incorporar múltiplas capacidades gerenciais. Dentre elas, planejamento e organização da produção, gestão eficiente e visão estratégica. Nesse sentido, um dos objetivos do projeto foi oferecer assessoria técnica nos aspectos gerenciais dos empreendimentos (com oficinas, cursos, visitas técnicas e reuniões) nos municípios de Acaiaca, Araponga, Divino, Espera Feliz, Alto Jequitibá, Ervália, Orizânia, Simonésia, Miradouro, Muriaé, Guidoal, Visconde do Rio Branco, Paula Cândido, Fervedouro e Diogo de Vasconcelos.



As políticas recentes de compras governamentais de produtos da agricultura familiar trouxeram oportunidades para a viabilidade econômica de empreendimentos coletivos, como associações e cooperativas. Essas oportunidades, contudo, representam uma série de desafios, na medida em que envolvem diferentes agentes no processo de aquisição de alimentos, cada qual com as suas particularidades, demandas e expectativas.

Buscando se adaptar aos padrões dominantes deste mercado, a agricultura familiar vem se mobilizando para colocar em cena um novo conjunto de padrões mais compatíveis com as suas condições técnicas e econômicas.

O público-alvo foram os grupos produtivos, as cooperativas e as associações de agricultores familiares. Além disso, foram desenvolvidas atividades com os gestores públicos, responsáveis pela aquisição de produtos para alimentação escolar, que passaram a ter melhor conhecimento dos empreendimentos e produtos da agricultura familiar e maior motivação e sensibilidade para efetivar a aquisição de gêneros alimentícios provenientes desse setor. Houve também uma adaptação, dos cardápios vigentes, aos produtos ofertados.

Organização Econômica na Agricultura Familiar

O estado de Minas Gerais tem um grande número de organizações de Agricultura Familiar portadoras da DAP Jurídica (Declaração de Aptidão ao Pronaf/Pessoa Jurídica). São ao todo 234 DAPs Jurídicas: 203 associações e 31 cooperativas. Na Zona da Mata, a realidade vai ao encontro dos dados do estado.

A supremacia de associações em relação a cooperativas, quando analisada à luz das modificações no Código Civil Brasileiro (2002), em que as associações passaram de “sociedades sem fins lucrativos” para “sociedades sem fins econômicos”, pode apresentar-se como problema. Isso porque não existe um consenso dentro dos órgãos reguladores (agências fazendárias) sobre a permissão ou não de uma associação estabelecer relações comerciais.

Outra dimensão importante na análise dos empreendimentos é em relação ao planejamento e à gestão do negócio, uma vez que os planos estratégicos e de negócios; os registros e a análise de custo são procedimentos ausentes do cotidiano da maioria dos empreendimentos.

Portanto, espera-se que, com a inserção desses empreendimentos em arranjos mais exigentes de comercialização, como o PNAE, ocorra, em Minas Gerais, um incremento na constituição de cooperativas – estrutura jurídica e econômica voltada para as relações de mercado –, inclusive com muitas associações alterando a sua constituição jurídica.

Atividades desenvolvidas

O CTA-ZM considera associação e cooperativa como um processo econômico e social. Pensar a assessoria técnica nesse contexto, portanto, é levar em consideração toda a cadeia produtiva e seus diversos elos, como manejo, beneficiamento e comercialização e os diferentes agentes envolvidos (homens, mulheres e jovens). Por isso, a assessoria oferecida pelo projeto Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Agricultura Familiar da Zona da Mata Mineira envolveu as seguintes atividades:

- Processos de organização produtiva e discussão de manejo agroecológico;
- Oficinas e visitas técnicas de adequação sanitária;
- Oficinas de capacitação com sócios e diretores dos empreendimentos;
- Visitas técnicas de levantamento de custos de produção;
- Elaboração de planos de negócios;
- Oficinas sobre cooperativismo para sócios de associações em processo de constituição de cooperativas;
- Reuniões com gestores públicos para efetivação da Lei 11.947;
- Elaboração de projetos de captação de recursos para associações e cooperativas;
- Análise de viabilidade econômica dos empreendimentos para entrega ao mercado institucional e
- Planejamento estratégico das associações e cooperativas.

Dificuldades

A habilitação sanitária é uma das principais dificuldades encontradas pelos empreendimentos para a inserção no mercado institucional. Entre aqueles que já buscaram acessar o serviço de inspeção, os motivos alegados para a não adequação são os altos custos para estruturar as unidades de produção aos padrões exigidos pelos órgãos responsáveis. Outros motivos são:

- Burocracia e demora nos processos de análise dos projetos de adequação;
- Múltiplas interpretações da legislação sanitária entre os órgãos responsáveis – Anvisa, Visa, Mapa, IMA – e entre os próprios técnicos, e
- Falta de serviços de inspeção nos municípios-sede dos empreendimentos. Em muitos casos, a garantia da qualidade dos produtos é atestada por um laudo de especialistas de outros municípios.

MERCADO FAIR TRADE: O que é e como fazer parte dele

A certificação dos produtos agrícolas é fundamental para a comercialização no mercado internacional. O fair trade é uma das certificações que mais cresce no mundo e permite ao consumidor identificar se o produto foi produzido sob os princípios do comércio justo.

A Associação Fair Trade da Europa define como objetivo da certificação: possibilitar que produtores e trabalhadores marginalizados passem de uma posição de vulnerabilidade para uma de segurança e autossuficiência econômica, proporcionando uma maior equidade no comércio internacional.

Em termos práticos, a certificação atesta se houve um comprometimento do produtor com as questões socioambientais. Dentre outros fatores, isso representa o pagamento de salários justos, o uso de trabalho cooperativo, a sustentabilidade ambiental e o respeito à identidade cultural.

Assim, quando um produto leva o selo fair trade significa que produtores e comerciantes cumpriram os princípios de certificação, o que inclui também um preço justo que cubra todos os custos de produção.



Certificação

Para participar do mercado fair trade, os empreendimentos coletivos da agricultura familiar precisam se adequar e seguir as orientações que estão descritas no documento “Candidatura à Certificação”, produzido pela certificadora FLO-CERT. Este guia de procedimentos operacionais descreve os passos até a certificação:

1º) A organização de agricultores(as) manifesta o pedido de certificação para a FLO-CERT. Mediante o pedido, é enviado ao solicitante um questionário de candidatura e uma lista de documentos importantes para o processo de certificação.

2º) A candidatura estará formalizada quando o questionário for respondido e devolvido à FLO-CERT, juntamente com as documentações solicitadas e com o pagamento da taxa de candidatura.

3º) A equipe da FLO-CERT avalia as informações do questionário e os documentos para verificar a certificabilidade teórica do candidato. As informações são introduzidas na base de dados de certificação da FLO-CERT e é atribuído um “FLO ID”, número de identificação cadastral.

4º) Após 30 dias, é comunicado o resultado da avaliação. Caso seja aceito, o candidato receberá os dados de acesso ao portal de certificação da FLO-CERT, no qual poderá se informar sobre os procedimentos de marcação da auditoria inicial.

5º) A partir daí, começa o processo para a realização da auditoria inicial. A FLO-CERT emite uma fatura que cobre a taxa de certificação inicial. O valor varia de acordo com o número de associados das organizações de produtores (as).

6º) Após a confirmação do pagamento, é realizada a auditoria inicial local. Com os resultados, a FLO-CERT concederá ou não a certificação. Na maioria das auditorias, são detectadas inconformidades com os critérios fair trade.

7º) A FLO-CERT avalia os resultados da auditoria e emite uma autorização de comercialização, caso não haja não-conformidades significativas. Esta autorização é apenas uma permissão temporária para que se comercialize os produtos de acordo com as condições fair trade e não representa, de forma alguma, uma certificação válida.

8º) Finalmente, quando todas as não-conformidades forem resolvidas com sucesso, de acordo com os prazos indicados pela FLO-CERT, o candidato receberá o certificado fair trade para o produto que se candidatou.

9º) No caso da certificação ser recusada, os candidatos poderão trabalhar para resolver as inconformidades e se candidatarem novamente em outra oportunidade.

10º) As organizações de produtores (as) que não concordarem com a avaliação ou com a decisão de certificação, têm o direito de pedir recurso ou revisão da avaliação. Este direito também se aplica no caso de um candidato ter dúvidas sobre a decisão tomada pela FLO

- Reduzir, reusar, manejar e reciclar os resíduos de maneira adequada;
- Tomar medidas para o uso mais eficiente da energia, substituindo fontes não renováveis por fontes renováveis.

Além disso, as condições de trabalho devem ser livres de discriminação, com liberdade de associação e negociação coletiva e garantia de saúde e segurança no trabalho. A organização de pequenos produtores (as) deve assegurar a democracia, a participação e a transparência. É proibida a presença de trabalho infantil na certificação fair trade.



Requisitos básicos

O fair trade é concedido a pequenos produtores (as) que trabalham em família sem contratar mão de obra durante o ano. O selo também é concedido às organizações em que, pelo menos, metade de seus integrantes seja de pequenos produtores (as).

A organização só pode vender como fair trade os produtos originários de seus integrantes, uma vez que os produtos precisam ter rastreabilidade. Vale ressaltar que, na produção, é imprescindível que a organização e seus membros tenham práticas ambientais e de agricultura sustentáveis, portanto, é importante:

- Proteger a biodiversidade;
- Reduzir a utilização de agrotóxicos;
- Cuidar do solo e das águas;
- Não usar intencionalmente sementes transgênicas em culturas de fair trade;

Você sabia?

● A Cooperativa Regional Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas do Povo Que Luta (COORPOL) tem seu café certificado fair trade. Ela está presente nos municípios mineiros de Caratinga, Ipanema, Inhapim, Imbé de Minas, Manhuaçu, Piedade de Caratinga, Santa Bárbara do Leste, São João do Manhuaçu e Simonésia.

● O Brasil tem vendas certificadas apenas de suco de laranja, café, manga e banana-passa. O país comercializa outros produtos via comércio justo, mas sem certificação, como óleo de soja, melão, camisetas e artesanato. As frutas e o café são os produtos brasileiros mais demandados por esse comércio.

Cooperativa de crédito promove inclusão social dos agricultores



A ampliação do acesso ao crédito e a busca de benefícios para os agricultores estão ajudando a solidificar as ações de cooperativismo. O projeto Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Agricultura Familiar da Zona da Mata mineira apoia a expansão do sistema de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), pois desde que chegou à Zona da Mata de Minas Gerais, o sistema tem gerado resultados importantes para a agricultura familiar da região. O principal deles é a inclusão social dos agricultores, que passaram a ter à sua disposição programas, produtos e serviços que trazem desenvolvimento e qualidade de vida.

Unindo esforços em um empreendimento coletivo, as pessoas realizam ações e obtêm resultados dificilmente alcançáveis individualmente, pois a cooperativa pode oferecer aos associados diversos serviços financeiros e benefícios (como a aplicação de recursos sob a modalidade de depósitos a prazo, por exemplo) que muitas vezes proporciona uma remuneração mais elevada do que a oferecida pelos bancos. O mesmo se dá com os créditos. Pelo fato de não visarem ao lucro, nas cooperativas, as taxas de juros são mais acessíveis. Mas é importante ressaltar que, embora não seja um banco, a cooperativa é uma instituição financeira, pois suas atividades são consideradas “bancárias”.

Com natureza jurídica própria e sem fins lucrativos, as cooperativas são destinadas a prestar serviços financeiros a seus associados, com direito assegurado a todos os instrumentos do mercado financeiro. Neste caso, a sociedade se organiza, por meio de ajuda mútua, para resolver diversos problemas comuns do dia a dia.



Direitos dos cooperados

- Frequentar as assembleias gerais, decidindo, pelo voto, os assuntos de interesse da sociedade.
- Votar e ser votado para cargos administrativos, fiscais ou outras funções.
- Participar das atividades econômicas, sociais e educativas.
- Ser consumidor e usuário dos serviços oferecidos pela cooperativa.
- Receber retorno proporcional das sobras de capital.
- Solicitar esclarecimentos aos dirigentes, conselheiros e funcionários.
- Convocar assembleia extraordinária, caso se faça necessário, conforme estabelecido no estatuto.
- Obter, antes da realização da assembleia geral, balanços financeiros, demonstrativos e relatórios.
- Retirar seu capital ao se desligar da sociedade, de acordo com o estabelecido no estatuto.

Deveres dos cooperados

- Subscrever e integralizar as cotas-partes de capital fixadas no estatuto para ingressar na cooperativa.
- Operar preferencialmente com a cooperativa nos depósitos a vista e/ou a prazo, nos débitos automáticos e transferências eletrônicas, descontos de recebíveis etc.
- Respeitar as decisões votadas nas assembleias gerais, que representam a vontade da maioria.
- Zelar pelo interesse comum e pela autonomia da sociedade.
- Colaborar no planejamento, funcionamento, avaliação e fiscalização das atividades.
- Debater ideias e decidir, pelo voto, os objetivos e metas de interesse.
- Denunciar ao Conselho de Administração ou Fiscal os procedimentos indevidos que tiver conhecimento.
- Participar do rateio das despesas comuns da cooperativa. Caso sejam verificadas perdas no exercício, cobrá-las proporcionalmente à sua movimentação com a cooperativa (caso a compensação com resultados futuros não seja autorizada pelo Banco Central).

PRODUTOS E SERVIÇOS DAS COOPERATIVAS CRESOL

Conta Corrente

Movimentação financeira com menos burocracia no atendimento e mais rapidez nas operações.

Poupança

Aplicação com rendimento diário ou mensal, jeito seguro de poupar e garantir um futuro tranquilo.

Cartão de Crédito e Débito

Forma fácil, segura e rápida para pagar ou financiar suas compras.

Seguros

Para você proteger quem você ama e todos as suas conquistas, seguros de vida, veículos, pecuário, produção e investimento, através da Corretora Cresol Seguros.

Cheque

Pagamento facilitado de compras no comércio em geral com o Cheque Cresol, aceito em estabelecimentos de todo o Brasil.

Custeio Agrícola

Repasse de crédito de recursos próprios para o custeio da safra, com juros especiais e atendimento técnico especializado.

Investimento Agrícola

Crédito através de recursos próprios e com juros especiais para investimento nas propriedades rurais.

Microcrédito

Crédito rápido, fácil e sem burocracia para as necessidades do dia-a-dia.

Conta Salário

Conheça os benefícios e as facilidades de receber seu salário na Cresol.

Habitasaol

Programa de financiamento para Habitação que melhora a qualidade de vida das famílias cooperadas.

Pagamento de Benefícios

Pagamento de benefício do INSS diretamente nos caixas das cooperativas, com atendimento especial e preferencial dos nossos colaboradores, sem complicação e sem filas.

Pronaf

Repasse de custeio e investimento agrícola com recursos de instituições financeiras que operam no PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Crédito com Recursos Próprios

Financiamento de eletrodomésticos, computadores, telefonia rural, celulares, terras, veículos e casa própria, com recursos financeiros da Cooperativa Local.

Crédito Agroecológico

Baseado nos princípios da agroecologia, com o objetivo de apoiar práticas ambiental e economicamente sustentáveis.

Recebimento de Títulos e Contas

Pagamento de contas é mais fácil na Cresol, recebemos títulos e convênios (água, luz, telefone, IPVA, etc) com código de barra.

Recarga de Celulares

Recarga de celulares pré-pagos das principais operadoras do País.

Juntos Somos Fortes

Desafios da Agricultura Familiar



O projeto Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Agricultura Familiar da Zona da Mata Mineira conquistou grandes avanços, entretanto, ainda existem muitos caminhos a serem percorridos tanto na estruturação dos empreendimentos, quanto na sensibilização dos gestores. Alguns destes desafios ultrapassam a capacidade de negociação e diálogo entre gestores e agricultores, pois existem demandas específicas relacionadas à gestão e ao planejamento da produção; à adequação dos produtos e estruturas às exigências sanitárias; e ao apoio nas operações logísticas. Estas ações exigirão maior aproximação de outros agentes, incluindo o poder público em suas esferas federal, estadual e municipal.

Observa-se, assim, a necessidade de ações complementares voltadas à estruturação dos empreendimentos de agricultura familiar. Essas ações podem ser direcionadas não só para a adequação dos normativos às realidades e modos de vida dos agricultores familiares, estabelecendo novos padrões institucionais de mercado, como também para a disponibilização de programas de assistência técnica que auxiliem na capacidade gerencial e no ordenamento econômico de suas atividades.

A partir da experiência do CTA, somado aos aprendizados acumulados na execução deste projeto, é possível identificar as áreas temáticas em que os desafios são maiores:

a) **Habilitação sanitária**

A habilitação sanitária envolve dois grupos de ações, um voltado para as boas práticas, que pode ser estabelecida a partir de uma assessoria técnica, e um grupo voltado para a estruturação das unidades de beneficiamento.

b) **Ampliação da escala produtiva**

A ampliação da escala de produção, especificamente da produção agroecológica é um caráter

fundamental para o abastecimento do mercado institucional, bem como da promoção de uma alimentação saudável.

c) **Qualificação dos processos organizativos**

As associações e cooperativas apresentam estágios diferentes nos distintos municípios da área de atuação do CTA, portanto, é necessário o apoio gerencial, a organização produtiva, o planejamento da produção e a análise de viabilidade do negócio, voltados especificamente para cada uma delas.

d) **Soberania e segurança alimentar**

A perspectiva de segurança e soberania alimentar não se restringe a uma alimentação nutricionalmente balanceada, mas visa também à criação de condições adequadas para que as pessoas exerçam seus direitos e mantenham uma relação direta de corresponsabilidade com o meio ambiente.

e) **Inclusão produtiva das mulheres**

As mulheres cumprem um papel fundamental na produção de alimentos e garantia da segurança alimentar. Estudos apontam o papel das mulheres na manutenção da biodiversidade, na qualidade da alimentação das famílias, a partir do autoconsumo e da produção diversificada nos quintais. Por ter essa importância na produção de alimentos, um trabalho específico para a inclusão produtiva das mulheres faz-se necessário.

f) **Gestão de políticas públicas**

É importante o desenvolvimento de ações voltadas para a articulação entre diferentes programas e projetos, bem como a aproximação de órgãos do estado e a sensibilização e capacitação dos agentes públicos, ampliando a compreensão sobre agricultura familiar e agroecologia.



telefax (31) 3892 2000
e-mail: cta@ctazm.org.br
<http://www.ctazm.org.br>
Viçosa - MG

centro de tecnologias alternativas da zona da mata



Juntos Somos Fortes